

**ANO II - EDIÇÃO Nº 300 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Sexta-Feira, 09 de junho de 2017

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 380/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ALZEMIRO WILSON PERES FREITAS para atuar nas audiências de prevenção e repressão ao tráfico de drogas da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 09 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 381/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ELENILSON PEREIRA CORREIA, Auxiliar Ministerial, matrícula nº 84008, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, nos dias 02/05/2017; 31/05/2017 a 02/06/2017; e 08/06/2017, durante os afastamentos da titular do cargo Natália Azevedo Barbosa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 382/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça EDSON AZAMBUJA para atuar na audiência de conciliação na Ação Civil Pública Anulatória, Autos nº 0006286.2017.827.2729, Comarca de Palmas, nos dias 08 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 383/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELEECER lotação à servidora SARAH JENIFFER MELO SOARES, Assistente Administrativa Fazendária, matrícula nº 11181788-1, na Promotoria de Justiça de Colinas - TO, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 384/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para atuar no Mutirão de audiências da Comarca de Miranorte - TO, no dia 14 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADA: KELLY CRISTINA NASCENTE WANDERLEY

**DESPACHO Nº 268/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pela servidora KELLY CRISTINA NASCENTE WANDERLEY, matrícula n.º 33601, no itinerário entre Paraíso do Tocantins/Palmas/Paraíso do Tocantins, nos dias 29 e 30 de maio de 2017, atendendo Convocação, para participarem das Oficinas de Capacitação para Operação do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (E-EXT), conforme Memória de Cálculo nº 046/2017, e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor da referida servidora, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 55,62 (cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2011.0701.00202

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 022/2011 - Locação de Imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Arapoema-TO – Sexto Termo Aditivo.

**DESPACHO Nº 269/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 082/2017, de 06 de junho de 2017, às fls. 813/815, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a prorrogação do prazo estipulado no Contrato nº 022/2011, firmado em 15 de julho de 2011, entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS e GUSTAVO BORGES DE ABREU, referente à locação de Imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Arapoema-TO, por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de julho de 2017, deferindo a lavratura definitiva do Sexto Termo Aditivo ao referido Contrato, e determinando o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO

**DESPACHO Nº 270/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO, itinerário Araguaína–TO/Paraíso do Tocantins/Araguaína/TO, no dia 24 de abril de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 049/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 272,34 (duzentos e setenta e dois reais e trinta e quatro centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas complementar

INTERESSADO: BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO

**DESPACHO Nº 271/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO, itinerário Araguaína–TO/Gurupi/Araguaína/TO, no dia 09 de maio de 2017, conforme Memória de Cálculo Complementar à de nº 034/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 230,72 (duzentos e trinta reais e setenta e dois centavos), em complementação ao valor concedido por meio do Despacho nº 235/2017, de 18 de maio de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADA: LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK.

**DESPACHO Nº 272/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e do ATO nº 072/2016 e considerando o deslocamento

a serviço do Ministério Público do Estado do Tocantins efetuado pelo Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK, entre Araguaína/Filadélfia/Araguaína, nos dias 09, 22 e 29 de maio de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 048/2017, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 245,18 (duzentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MILTON QUINTANA

**DESPACHO Nº 273/2017** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MILTON QUINTANA, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga a ser usufruído em 12 de junho de 2017, em compensação ao dia 20 de novembro de 2016, o qual permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 033/2017

Processo nº.: 2016.0701.00373

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: CENTRAL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista da Ata de Registro de Preços nº 042/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00235, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 9.640,00 (nove mil, seiscentos e quarenta Reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2017.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 e 3.3.90.30

ASSINATURA: 02/06/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Pamella Naves de Oliveira.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 034/2017

Processo nº.: 2016/0701/00510

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: R F LOCAÇÃO IMPRESSÃO MARKETING &amp; EVENTOS EIRELI - ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 039/16, Processo administrativo Nº 2016/0701/00363, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 1.469,70 (hum mil, quatrocentos e sessenta e nove Reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2017.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 05/06/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Rafael Galvão Ferreira

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 035/2017

Processo nº.: 2016/0701/00511

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: COMERCIAL JJ TORRE LTDA-ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA ESTACIONAMENTO, PLACAS EM ALUMÍNIO, PLACAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PLACAS EM INOX ESCOVADO, PLACAS INDICATIVAS EM PVC, FAIXAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, ADESIVOS, LETRAS CAIXAS, MASTROS, ENTRE OUTROS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 039/16, Processo administrativo Nº 2016/0701/00363, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 2.859,38 (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove Reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2017.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 05/06/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Jean Paulo Della Torre

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 002/2017**

Processo nº.: 2017/0701/00098

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DE PARTE DO TELHADO EXISTENTE E REFORMA NA MARQUISE DE ENTRADA, DO PRÉDIO SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, EM PALMAS – TO, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**

EMPRESA LICITANTE	CNPJ	RESULTADO
CAP ENGENHARIA – EIRELI – ME	20.714.642/0001-60	HABILITADA
ENGENHARIA E CONSTRUTORA RPA LTDA – ME	04.035.212/0001-65	HABILITADA
MARTIN CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL LTDA – ME	12.320.992/0001-13	HABILITADA
M. C CONSTRUTORA OLIVEIRA EIRELI – ME	10.413.412/0001-07	INABILITADA

As licitantes abriram mão do prazo recursal, disposto na alínea “a”, do inciso I, do Art. 109, da Lei nº 8.666/93.

Palmas – TO, 08 de junho de 2017

RICARDO AZEVEDO ROCHA  
Presidente da CPL

**9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 002/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: documentos encartados no Inquérito Civil Público nº 001/2013/2ªPJ Araguatins e autos CSMP nº 2015/2013;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa, tipificados nos arts. 9º, 10, e 11, da Lei Federal nº 8.429/92, em decorrência de eventual enriquecimento ilícito, lesão ao erário do Estado do Tocantins que ensejaram perda, patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento e dilapidação dos bens ou haveres e eventualmente atos que violaram os princípios da Administração Pública, os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade, consubstanciados na suposta realização de shows em locais privados e pagos pelos tesouro do Estado do Tocantins.

INVESTIGADOS: eventuais servidores públicos da antiga Fundação Cultural do Estado do Tocantins, a empresa G. da S. Marques – Produções ME, empresa Núcleo Comunicação e Eventos Ltda, empreendimento Comercial Pousada Encontro das Águas e, eventualmente, outros agentes políticos ou servidores públicos ou terceiros beneficiados.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 20 de abril de 2017.

EDSON AZAMBUJA  
Promotor de Justiça



**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 003/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Resolução nº 85/94 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Notícia de Fato nº 2015/4474;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar o ressarcimento ao erário do Estado do Tocantins pelos prejuízos causados aos cofres públicos, em decorrência de dispensa de licitação ilegal realizada pelo Estado do Tocantins, através da Assessoria Especial de Comunicação Social – ASCOM, realizada em 02 de fevereiro de 1993, para contratação da empresa Paralelo 13 Promoções e Publicidades Ltda, objetivando a divulgação de material institucional informativo do interesse do Governo do Estado do Tocantins, tendo sido imputado débito ao Sr. Agripino Araújo Neto, ordenador da despesa à época dos fatos, o valor de CR\$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões de cruzeiros), que atualizado pelo índice do IPCA, corresponde ao valor de R\$ 41.598,36 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos).

INVESTIGADOS: Agripino Araújo Neto.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 25 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça  
(em substituição automática)

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 004/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92

ORIGEM: autos nº 2015/4989

FATOS EM APURAÇÃO: apurar o ressarcimento ao erário do Município de Palmas pelos prejuízos causados aos cofres públicos, em decorrência de possível contratação do Sr. Valter Borges Naves, ocorrida provavelmente no ano de 2006, para prestação de serviços na área de assessoria financeira, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais, em valores superiores ao que é estabelecido na Portaria da Secretaria de Finanças do Município de Palmas à época.

INVESTIGADOS: a) Valter Borges Naves.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 24 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça  
(em substituição automática)

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 005/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Acórdão nº 5357/2003 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Notícia de Fato nº 2015/4574;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar o ressarcimento ao erário do Estado do Tocantins pelos prejuízos causados aos cofres públicos, em decorrência de indícios de omissão na prestação de contas referentes ao repasse do Convênio nº 285/98, celebrado entre o Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, e o Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, em Palmas, TO, tendo como representante o Sr. Gaspar Miguel Brustolon, no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

INVESTIGADOS: Gaspar Miguel Brustolon.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 25 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça  
(em substituição automática)

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 006/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: documentos encartados na Notícia de Fato sob o 2014.6.29.24.0107;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar suposta prática de atos de improbidade administrativa por agentes públicos e servidores do Estado do Tocantins, TO, tipificados nos arts. 9º, 10 e 11, da Lei Federal nº 8.429/92, em decorrência da suposta irregularidade no processo licitatório para contratação de empresa para serviço de coleta de lixo, tratamento, incineração e destinação final de resíduos do serviço de saúde (medicamentos vencidos, embalagens de produtos hospitalares, materiais impressos em geral), incluindo a destruição térmica, a emissão do certificado de incineração, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e o fornecimento das bombonas, no bojo do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 0386/2013, do tipo menor preço unitário por item, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, em possível violação aos artigos 27, II e 30, II, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

INVESTIGADOS: Vanda Maria Gonçalves Paiva e empresa Tocantins Comércio e Indústria de Produção Recicláveis LTDA-ME, CNPJ sob o nº 10.917.877/0001-03.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 25 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça  
(em substituição automática)

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 007/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: autos nº 2015/4816;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar o ressarcimento ao erário do Município de Palmas pelos prejuízos causados aos cofres públicos, em decorrência de possíveis desvios e/ou irregularidade no duplo pagamento de R\$ 48.184,30 (quarenta e oito mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta centavos) realizado pela prefeitura Municipal de Palmas à empresa Fernandes e Pinheiro Ltda, para aquisição de produtos alimentícios (merenda escolar) para as escolas municipais da Zona Rural, e ainda no recebimento a maior pela empresa Fernandes e Pinheiro Ltda, no valor de R\$ 10.630,96 (dez mil, seiscentos e trinta reais e noventa e seis centavos) em detrimento do Município de Palmas.

INVESTIGADOS: a) Osmar Nina Garcia Neto – ex-Secretário Municipal de Educação Cultura e dos Esportes de Palmas;

b) empresa Fernandes e Pinheiro Ltda inscrita no CNPJ sob nº 04.611.275/0001-12.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 25 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO

Promotor de Justiça

(em substituição automática)

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 008/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: autos nº 2015/4495;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar possíveis desvios e/ou irregularidades ocasionadas ao Município de Palmas referente a locação de 16 (dezesesseis) carros pipas para transporte de água para regar jardins públicos, cujos serviços não foram prestados a rigor, dessa forma se objetiva o ressarcimento ao erário do Município de Palmas pelos prejuízos causados aos cofres públicos.

INVESTIGADOS: a) Ailton Lélis, ex-Presidente da Agência de Meio Ambiente e Turismo de Palmas - AMATUR;

b) empresa Satélite Locação de Veículos Ltda e outras empresas que eventualmente se beneficiaram do ato.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, TO, 25 de abril de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO

Promotor de Justiça

(em substituição automática)

## 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do declínio de atribuição deste Parquet Estadual em favor do Ministério Público Federal do Estado do Tocantins para atuar na Notícia de Fato nº 2017.0000578, autuada a partir de denúncia anônima, relatando, em síntese, irregularidades no processo seletivo nº 005/2017 da Secretaria Estadual da Educação, tendo por objeto a seleção de professores mediadores a distância e presencial. Considerando que há indícios de malversação de verba pública federal, a atribuição para promover as investigações necessárias a elucidação dos fatos é do Ministério Público Federal.

Palmas, 07 de junho de 2017.

Miguel Batista de Siqueira Filho  
22º Promotor de Justiça da Capital

## 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 2016.3.29.23.0013, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 08 de junho de 2017.

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 29/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 30/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Representação

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa, no âmbito do Poder Executivo de Cariri do Tocantins, consistentes na prática de nepotismo, servidores em desvio de função, servidor fantasma e técnicos de enfermagem sem registro no órgão de fiscalização competente (Coren)

REPRESENTANTE: Anônimo

REPRESENTADO: Município de Cariri do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 1º de junho de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/05/2018.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAGUATINS

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR Nº 04/2016 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da Promotoria de Justiça de Itaguatins/TO, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 07/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itaguatins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso II, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 1º, inciso III, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento preliminar foi instaurado após denúncia de servidor da Câmara de Itaguatins/TO, informando acerca dos supostos desvios.

FATO: Apurar o desvio de verbas públicas em contratos de prestação de serviços contábeis e de fornecimento de lanche na Câmara Municipal de Itaguatins/TO.

INTERESSADO: Ministério Público do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Itaguatins/TO, 17 de maio de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR Nº 03/2016 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da Promotoria de Justiça de Itaguatins/TO, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 08/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itaguatins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso II, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 1º, inciso III, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento preliminar foi instaurado após um caminhão da Empresa Limpa Fossa Sousa Forte ter sido flagrado despejando resíduos no lixão de São Miguel do Tocantins/TO.

FATO: Apurar a ocorrência de dano ambiental no Município de São Miguel do Tocantins/TO pela empresa Fossa Sousa Forte.

INTERESSADO: Ministério Público do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Itaguatins/TO, 17 de maio de 2017.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARANÁ

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 2017.0000554

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público Nº 2017.0000554, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 0111/2017.

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Paranã-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 3º da Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 210, I da Lei nº 8.069/1990.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 61/2017.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente. Seção Cível. Medidas de Proteção (900119).

FATO EM APURAÇÃO: Situação de risco de menores.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar de Paranã-TO.

REPRESENTADO: Rosimeire Pereira dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Paranã-TO, 31 de maio de 2017.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)



[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)

